

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DO AGRONEGÓCIO DE CAMPINAS (CMDRA) REALIZADA NO DIA 07/12/2018 NA SEDE DO INSTITUTO AGRONÔMICO DE CAMPINAS

Presentes os membros do conselho: Adriano Tosoni de Eira Aguiar, Ana Maria Heuminiski de Avila, André Luiz de Camargo Von Zuben, Claudio Quercia Soares, Cristina Criscuolo, José Benedito Napoleone Silveira, Luis Fernando Amaral Binda, Luiz Fernando Ceribelli Madi, Luiz Guilherme Rebello Wadt, Marco Túlio Ospina Pátino, Ricardo de Oliveira Munhoz e Rodrigo Baccan.

Como convidados: Daniella F. Scarassatti, Francisco de Paula dos Santos Nogueira, Geraldo Ribeiro de Andrade Neto, Paulo R.E. Carvalho Neto e Rogério Menezes.

Dando início a reunião, às 14h30, o presidente saudou os presentes e consultou os membros do conselho sobre o interesse em promover alterações na ATA da reunião anterior, previamente encaminhada aos membros do Conselho. Não havendo sugestões de modificação, a referida ATA foi considerada aprovada por unanimidade.

Dando sequência a pauta, o presidente anunciou a presença do Secretário Rogério Menezes, titular da Secretaria Municipal do Verde e do Desenvolvimento Sustentável (SVDS), para um relato das atividades desta secretaria envolvendo a área rural de Campinas, enaltecendo os trabalhos ali realizados, que acabaram servindo como referência para outros municípios.

Fazendo uso da palavra, o Sr. Rogério Menezes, agradeceu o convite para a palestra no CMDRA, destacando que muitos dos seus integrantes também participam dos projetos da SVDS e lembrando da afinidade dos trabalhos entre esta secretaria e a do Desenvolvimento Econômico, Social e do Turismo.

Revelou que a atuação da SVDS mais presente junto ao setor rural teve início em 2013, quando o prefeito determinou a elaboração do Plano Municipal de Saneamento e nele o Programa de Saneamento Rural, lembrando que as ações nesta área eram quase inexistentes em função da pequena expressão do setor em termos econômicos e populacionais. Assim, já em 2014, iniciaram-se as proposições via PROAMB, sendo que os valores aplicados dos fundos de meio ambiente que eram inexistentes em 2013, hoje somam R\$ 10 milhões. Anunciou que o primeiro "Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) para os proprietários rurais engajados nos programas ambientais foi realizado em 14/11/2018, no âmbito do PSA Água, estando novo pagamento para ocorrer em breve. Informou que, além destes pagamentos em espécie, cerca de 80 propriedades são beneficiadas com incentivos não monetários, tais como plantio de mudas, instalação de biodigestores ou fossas sépticas e jardins filtrantes. Algumas dessas ações provêm de Termos de Compromisso Ambientais de empresas com a SVDS para cumprimento de obrigações legais. Com esses incentivos, os plantios na área rural já somam 50 hectares e 80.000 mudas, de um total de 300.000 já disponibilizadas pela SVDS. O balanço das ações na área rural revela a instalação de 62 fossas sépticas, 33 biodigestores e 10 jardins filtrantes, ou seja, 105 sistemas instalados, destacando o secretário as parcerias nestas ações com a Embrapa e Unicamp. Para 2019,

estão previstos mais 42 biodigestores, sendo que muitas instalações serão viabilizadas via TACs, o que só foi possível após superação de entraves burocráticos e jurídicos que não permitiam a utilização deste mecanismo. Para as fossas sépticas, o secretário mencionou recursos de R\$ 400.000,00 disponibilizados pela Agência Nacional de Águas (ANA) para projetos da SVDS. Revelou que até o final de 2019 somarão cerca de 400 ações realizadas, o que faz supor que a meta inicial do Plano de Saneamento, de 500 implantações, será plenamente cumprida. Ao final de 2019, somarão cerca de R\$ 800 mil o recursos aplicados, provenientes de várias fontes, como fundo de meio ambiente, ANA, TACs. Nas áreas já contempladas, o georreferenciamento mostra que a atuação até agora priorizou as áreas produtoras de água. Destacou, por fim, que até a década de 80 praticamente não se discutia a questão do meio ambiente e que as mudanças que ocorreram mostram que já houve um avanço significativo. Na próxima etapa do programa das fossas sépticas, os avanços conseguidos e os recursos disponíveis possibilitarão que as instalações sejam oferecidas para as propriedades de toda a zona rural de Campinas.

Na sequência, a palavra foi passada para o engenheiro da SVDS, Geraldo Ribeiro de Andrade Neto, para detalhar as ações que a secretaria vem realizando. O técnico iniciou destacando a força do trabalho participativo ao revelar que o Conselho do PSA conta com representantes de 12 secretarias do município de Campinas e que as ações da secretaria ganharam maior dimensão a partir de 2014, ano que se iniciou o projeto das fossas, com o Plano de Saneamento, do qual saíram mais de 30 projetos. Na secretaria, os trabalhos levaram a criação de um núcleo rural, reunindo técnicos de diversos setores, como engenheiros ambientais, agrônomos, etc. A partir de 2016, teve início o plano de gestão de recursos hídricos, priorizando as bacias dos rios Atibaia e Capivari. O Sr. Geraldo fez relato sobre o arcabouço legal que levou a criação e que orienta a gestão dos Conselhos, em particular o PSA, cujo edital de 2018 amplia o alcance do programa para toda a área rural de Campinas. Explicou a dificuldade na liberação de recursos para pagar os proprietários, os quais precisam cumprir certas premissas (proatividade) para se credenciar, como a inscrição no Cadastro Ambiental Rural (CAR) por exemplo, ou ações de saneamento e conservação do solo. Se não for proativo, o proprietário só pode ser beneficiado com incentivos não monetários e só consegue receber o equivalente a metade do valor do recebido por um participante "pleno". Citou ainda como exemplos de proatividade a realização de drenagem do solo ou análise da qualidade da água de poços. Revelou que os trabalhos da SVDS na área rural tiveram início em 2014, e mencionou que o acesso às informações do CAR foi muito importante para permitir uma primeira visão da área rural, e que um avanço significativo nesta visão foi possibilitado depois pelo programa Rural Inteligente, implantado pela SMDEST. Como fontes de recursos para os programas, mencionou as verbas provenientes do orçamento municipal, e de órgãos como o PCJ e a ANA. Mencionou também que, como Campinas tem a prerrogativa de fazer licenciamentos, pode lançar mão de instrumentos como Termos de Ajustamento de Conduta e Termos de Compromisso Ambiental e que a determinação de valores é feita por Junta de Valoração de Danos Ambientais. Revelou que o programa de saneamento já movimentou R\$ 154.000,00 só com os TACs e que está disponível aos interessados consulta ao Site preparado pela SVDS onde são detalhadas as aplicações de recursos do PSA, inclusive com dados georreferenciados das propriedades. Fez um relato dos sistemas de saneamento que vem sendo utilizados, mencionando as características dos

modelos disponíveis, como o da Embrapa ou de empresas como Aqualimp, bem como as parcerias nesta área com a Embrapa e a Unicamp. Sobre o programa Banco de Áreas Verdes, revelou que opera desde 2012 atendendo o setor público ou particulares interessados, sendo que os beneficiados ficam com a incumbência de manter e zelar pelas mudas plantadas. Em um resumo do PSA Água, revelou que os recursos disponíveis são da ordem de R\$ 2,2 milhões, podendo abranger 900 ha e até 100 propriedades.

Fazendo uso da palavra, o secretário Rogério disse acreditar que o PSA serviu para acabar com a separação entre agricultura e meio ambiente. Disse estar otimista com a possibilidade do ex-secretário de meio ambiente do Estado, Xico Graziano, vir a fazer parte do novo governo trazendo boas perspectivas para a implantação de políticas que unam desenvolvimento com preservação. Falou que o que foi feito até agora é um avanço ainda modesto, mas que indica que o caminho está certo, e que a obtenção de cada lei ou decreto demandam grande esforço, mas é um processo que está em andamento, a exemplo do PSA, que já contabiliza 36 reuniões de trabalho.

O presidente André Von Zuben afirmou que o poder público não deve apenas agir punitivamente, mas tem a obrigação de ajudar a resolver os problemas, premiando o mérito com políticas de incentivo.

Dando continuidade a palestra, o secretário Rogério colocou que as receitas dos programas do Verde são oriundas de Fundos do Meio ambiente, R\$ 4 a R\$ 5 milhões de recursos extraorçamentários, proveniente de royalties do petróleo, de mineração, etc, Tais recursos geram regularidade nas políticas e garantem sustentabilidade e as mudanças nas gestões não acarretam descontinuidade, o que também é garantido pelo envolvimento dos Conselhos, com participação da sociedade, como o CONDEMA, por exemplo. Sobre a aplicação dos recursos dos TACs, revelou que não são aplicados diretamente na reparação dos danos; os infratores encaminham para a Secretaria que define a aplicação dos recursos.

Citou o valor de R\$ 2,8 milhões em multas aplicadas por uma equipe de 5 fiscais, enfatizando que a utilização de meios modernos, como as imagens aéreas, torna mais eficiente a fiscalização. Para ele, os responsáveis pelas secretarias de meio ambiente, quando reclamam da falta de recursos, não estão fazendo corretamente a lição de casa, uma vez que existem mecanismos de busca de fundos.

Respondendo a indagação do Sr. Claudio Quercia, o secretário informou que o Plano de Manejo da APA vai ser apresentado na sede do CONGEAPA na próxima terça-feira (dia 11/12/2018) e que o Plano será efetivado com a promulgação de lei específica.

Retomando a palavra, o engenheiro Geraldo afirmou que onde existem projetos não faltam recursos, inclusive de empresas privadas como Natura e Boticário, por ex. Mas explicou que a SVDS está trabalhando no momento exclusivamente com fundos públicos. No plano internacional, mencionou a existência de recursos de US\$180 milhões vinculados ao Acordo de Paris.

Fazendo uso da palavra, o representante do Sindicato Rural de Campinas, Sr Luis Fernando Binda informou que manteve contato com o Sindicato dos Empregados Rurais de Cosmópolis, Artur Nogueira, Paulínia e Campinas, e que a entidade vai indicar 2 novos nomes para compor o CMDRA. Informou também sobre parceria em andamento com empresa do ramo de comunicações, a qual vai instalar gratuitamente antenas nas propriedades rurais, visando ampliar os sinais de celular na área rural. A empresa será remunerada posteriormente com cobrança pelo serviço. Ele sugeriu, ainda, que se convide representante desta empresa para expor seu projeto na próxima reunião do CMDRA.

Na sequência, o Presidente André von Zuben, colocou para apreciação e deliberação dos presentes as datas das próximas reuniões do CMDRA para o ano de 2019, que ficaram definidas para os dias 01/fevereiro, 05/abril, 07/junho, 02/agosto, 04/outubro e 06/dezembro. Finalizando afirmou que o ano de 2018 foi profícuo e trouxe avanços na discussão de questões envolvendo o setor rural de Campinas. Destacou que muito falta a ser feito em benefício do meio rural de Campinas e salientou que o dinamismo do secretário Rogério, com vários projetos no meio ambiental tem sido um bom exemplo para a cidade. Enfatizou que as Secretarias do Verde e a do Desenvolvimento devem caminhar juntas.

E nada mais havendo a tratar, o presidente André deu por encerrada a reunião e eu, Claudio Quercia Soares, elaborei a presente ata.

Campinas, 07 de dezembro de 2018